



sociedade viva

Imprensa e Terceiro Setor

Guia prático para jornalistas

Fevereiro de 2024



Sumário

Apresentação	3
Objetivo da Sociedade Viva	4
Organizações líderes	5
Nosso universo em números	6
O que somos	8
O que fazemos	12
Por que fazemos	14
Como nos financiamos	16
Mitos e verdades	25
Mapa das OSCs	29
Referências bibliográficas	30

Apresentação

Sabe qual é a ligação entre a atuação do terceiro setor, representado pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), e a imprensa? Ambos desempenham um papel essencial no cenário social e político. As OSCs monitoram e avaliam políticas públicas, denunciam violações dos direitos humanos e enriquecem o debate público, visando à promoção e garantia desses direitos. Da mesma forma, a imprensa pauta a agenda pública, influenciando ou não a aprovação de políticas para enfrentar desafios sociais.

Essas duas esferas desempenham uma função vital na compreensão e exposição de demandas sociais específicas. Suas ações têm o potencial de provocar mudanças significativas, expandir direitos e aprimorar os mecanismos de controle social e transparência pública.

A colaboração entre jornalistas e Organizações da Sociedade Civil é essencial para ampliar vozes, elucidar questões complexas e fornecer informações cruciais à sociedade. Por isso, propomos este guia para estimular

a interseção entre as OSCs e a imprensa. Os jornalistas desempenham um papel fundamental ao destacar narrativas de impacto, transmitir mensagens críticas e envolver o público nas causas e agendas defendidas pelas OSCs.

Em meio aos desafios atuais da cobertura jornalística, reconhecemos a pressão enfrentada pelas redações, com equipes enxutas e jornalistas abordando múltiplas editorias simultaneamente. **Este guia surge como um primeiro passo para aproximar as redações do universo do terceiro setor, buscando superar a dificuldade das OSCs em serem pautadas.**

Acreditamos que junto com as OSCs, os jornalistas podem desempenhar um papel fundamental na luta contra a desinformação e na desmitificação das fake news e, ao mesmo tempo, promover uma cobertura precisa e responsável desses temas. Essa sinergia é crucial para o fortalecimento da democracia e a promoção da justiça social e do desenvolvimento em nossa sociedade.

Objetivo da Sociedade Viva

Nós, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), defendemos as mais diversas causas. E agora estamos todas conectadas em uma causa comum: **fazer com que a população brasileira conheça melhor o que somos e o que fazemos. Que perceba toda a nossa diversidade e abrangência. Que reconheça a nossa importância.** E que entre nessa conexão junto com a gente.

Para isso, concebemos a iniciativa Sociedade Viva. Somos uma rede com milhares de organizações de todo o país. Cada uma tem seu foco de atuação, porém, todas estão mobilizadas para esclarecer a opinião pública sobre o papel das OSCs na transformação da realidade brasileira. Quanto mais pessoas reconhecerem o trabalho das Organizações da Sociedade Civil, mais poderemos alcançar as mudanças que vão construir um país melhor.

Queremos
CONECTAR pessoas,
MOBILIZAR em torno
de causas justas
e **TRANSFORMAR**
o Brasil.

A Sociedade Viva é uma iniciativa liderada por organizações representativas do terceiro setor no Brasil. São elas:

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), associação nacional criada para fortalecer organizações da sociedade civil brasileira atuantes na defesa e promoção de direitos e bens comuns.

Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), entidade sem fins lucrativos que reúne mais de 300 associados, articula uma rede nacional de profissionais que atuam nessa área.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), associação de investidores sociais privados no Brasil, que reúne mais de 170 associados, entre empresas, institutos e fundações de origem empresarial, familiar e independente.

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) articula mais de 2.000 organizações sem fins lucrativos e de interesse público, busca melhorar seu ambiente operacional, social e jurídico, com rede indireta que atinge mais de 100.000 instituições.

Observatório do Terceiro Setor, agência brasileira de conteúdo multimídia que dissemina boas práticas de organizações da sociedade civil por meio de canais de rádio e plataformas digitais.

Movimento por uma Cultura da Doação (MCD) articula pessoas e empresas que se organizam voluntariamente para promover a doação no Brasil.

Nosso universo em números

Contribuição para a economia

O terceiro setor
é responsável por

4,27%

do PIB – mais que a indústria automobilística (1,7%) e semelhante à agricultura (4,6%)
(Sitawi/ Fipe 2023)

Geramos

6

milhões

de postos de trabalho, que representam 5,9% das ocupações no país
(Sitawi/Fipe, 2023 - dados 2015)

35%

dos/das empregados/as nas OSCs possuem nível superior ou mais (Pesquisa Fasfil, 2016), enquanto no restante do mercado o percentual é de 23,3%, segundo dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE (Cempre, 2020)

Temos cerca de

820

mil

OSCs em atividade no Brasil, sendo que

86,4%

foram criadas como associações privadas, com objetivos bem diversos (Ipea, 2016)

Credibilidade das ONGs diante da população

(Pesquisa Doação Brasil - IDIS, 2022)

→ **67%**

dos brasileiros acreditam que as ONGs são necessárias no combate aos problemas socioambientais

→ **65%**

entendem o papel das ONGs na sociedade

→ **58%**

consideram que a ação das ONGs leva benefícios a quem realmente precisa

O que somos

Somos Organizações da Sociedade Civil (OSCs), também conhecidas como Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades privadas legalmente constituídas (com um CNPJ), voluntárias e sem fins lucrativos, orientadas para o bem comum. Somos ainda chamadas de entidades ou instituições. Também podemos ser associações, fundações, cooperativas, coletivos, redes e movimentos sem estruturas legais definidas ou em processo de formalização.

A maior parte das OSCs (80,9% do total) são associações sem fins lucrativos, formadas por um grupo de pessoas com uma causa em comum. Há ainda organizações religiosas (17,4%) formadas por instituições ligadas a igrejas que realizam atividades sociais. Apenas 1,5% são fundações privadas.

Por sua proximidade de atuação junto à comunidade e sua capilaridade em todas as regiões do país, em diversos ambientes, **as OSCs são parte da sociedade brasileira.** Existem milhares delas, abrangendo praticamente todas as

idades do Brasil. Estão presentes todos os dias na vida de milhões de pessoas, prestando serviços imprescindíveis e lutando por um país mais democrático e justo.

As instituições nascem da organização da sociedade civil. **Reúnem pessoas de bairros, escolas, universidades, grupos de interesse e a população das comunidades, que conhece de perto as realidades em que irá atuar.**

Trabalhamos com diversas causas, sempre buscando construir um país melhor e mais justo para todas as pessoas.

Atuamos, por exemplo, no combate à fome, na luta pela redução das desigualdades sociais, no combate ao racismo e à LGBTfobia e pela implementação de políticas públicas que tornem o Brasil mais democrático e justo, protejam o meio ambiente e promovam o respeito às diferenças.

As OSCS são...

... expressão das vontades e manifestações de causas, interesses e necessidades coletivas.

... instituições formadas por pessoas que querem defender uma causa comum e se juntam por um ideal.

... uma das mais importantes expressões do regime democrático e da capacidade da própria população de realizar transformações positivas.

O que não somos

- Não somos governo.
- Não somos empresas.

Por isso, o conjunto de OSCs ou ONGs é também conhecido como terceiro setor.

Reunimos

- Profissionais que usam sua expertise para ajudar a transformar vidas, proteger o meio ambiente e lutar por direitos.
- Milhões de pessoas que atuam de forma voluntária.
- Milhares de doadores que apoiam iniciativas que contribuem para construir um mundo mais verde, justo e igualitário.

7,2 milhões de pessoas maiores de 14 anos exerciam atividades voluntárias no Brasil em 2018

(IBGE PNAD Contínua 2018)

Como nasce uma OSC

As OSCs nascem a partir da vontade de um grupo de pessoas que buscam desenvolver ações de interesse público.

Nascem quando a sociedade anseia por uma maior participação cívica e ativismo para criar uma solução compartilhada e auxiliar a comunidade a resolver problemas.

O que nos rege

- O Código Civil.
- Um Estatuto Social.

Nossos desafios

Tornar as organizações independentes financeiramente, com capacidade de autogestão e de cumprir a missão de promover impacto social.

Garantir um entendimento claro sobre o papel das organizações. A sociedade não vê as OSCs como parte da democracia, mas como substitutas do Estado em sua ineficiência. Essa visão das OSCs como substitutas da administração pública não colabora para a valorização do papel efetivo que estas instituições realizam na manutenção e fortalecimento da democracia.

Dificuldade em contratar profissionais e prestadores qualificados devido à limitação de recursos financeiros. Equipes reduzidas e salários abaixo dos oferecidos pelas empresas afastam talentos do setor.

Promover o terceiro setor como um importante ator econômico e relevante no panorama socioeconômico. Mostrar que além de atuar em questões sociais, ambientais e culturais, as OSCs desempenham papel fundamental na geração de empregos, na construção de uma economia mais inclusiva e no estímulo à inovação.

Quem pode ser considerada OSC

Para ser considerada OSC, a entidade deve se enquadrar simultaneamente em 5 critérios:

- 1.** Ser instituição privada e não estar vinculada jurídica ou legalmente ao Estado.
- 2.** Não ter fins lucrativos, ou seja, não distribuir os recursos excedentes entre proprietários ou diretores. Qualquer superávit deve ser aplicado nas próprias atividades da instituição.
- 3.** Ser legalmente constituída: ter personalidade jurídica e inscrição no CNPJ.
- 4.** Ser autoadministrada e gerenciar suas próprias atividades de modo autônomo.
- 5.** Ser constituída de forma voluntária por indivíduos e as atividades desempenhadas serem de livre escolha dos responsáveis.,

Pelo Código Civil Brasileiro, três tipos jurídicos estão relacionados a esses critérios:

- Associações privadas.
- Fundações privadas.
- Organizações religiosas.

A conceituação de OSC da Lei 13.019/2014 inclui, além das pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, as cooperativas sociais e as sociedades cooperativas integradas por trabalhadores em situação social vulnerável, fomento e capacitação de trabalhadores rurais ou ações de cunho social.

O que fazemos

Atuamos em todo o Brasil, junto à sociedade, para defender os direitos da população e desenvolver atividades a partir de necessidades sociais identificadas; reunimos aspirações coletivas e mobilizamos a sociedade, além de apontar e combater problemas junto aos órgãos oficiais.

Atuações são bastante variadas

Apesar de tantos objetivos em comum, as OSCs têm atuações bastante diversas.

- Muitas atendem diretamente a população, como as que distribuem comida, roupas, educam crianças, jovens e adultos ou prestam serviços de saúde.
- Algumas estão presentes em atividades menos conhecidas, como pesquisas em diversos campos, como ciências sociais e saúde, mas igualmente com grande impacto social, como comprovam as práticas de prevenção ao HIV-AIDS e o soro caseiro para combater a desidratação.
- Há ainda as que trabalham para conscientizar e mobilizar as pessoas sobre importantes temas, contribuindo com a proteção do meio ambiente, a promoção da inclusão social, igualdade de gênero e racial, o combate ao preconceito e à prevenção da violência contra minorias. Em alguns casos, essas OSCs atuam em conjunto com governos e empresas para potencializar o impacto de suas atividades.
- Existem também as instituições que ajudam a salvar vidas, atuam em emergências, desastres naturais e outras situações extremas.

O que fazemos

- A melhoria das condições de vida das pessoas, como viabilizar captação de água da chuva com implantação de cisternas, sistemas agroflorestais, barragens subterrâneas, bioeconomia e construção de moradias, é outro papel relevante desenvolvido por entidades. Também ajudam a melhorar sistemas de gestão, com cooperação, inclusão, operação em rede, políticas antidiscriminatórias, entre outras iniciativas.

Além de atuar diretamente junto à população para atender às suas necessidades, as OSCs desempenham um papel crucial na formulação de políticas públicas, ampliando a capilaridade e complementando eficientemente a atuação governamental, contribuindo para uma maior adequação das iniciativas às realidades locais.

As instituições do terceiro setor têm um formato mais flexível, quando comparadas às estruturas de governos e empresas. Esta característica colabora para que as OSCs sejam catalisadoras de mudanças, pois atuam testando novas abordagens, desenvolvendo tecnologias pioneiras e gerando resultados inovadores.

Frequentemente, **as iniciativas bem-sucedidas implementadas pelas OSCs inspiram empresas a reverem ou aprimorarem suas práticas e/ou se transformam e/ou aperfeiçoam políticas públicas**, o que evidencia a complementaridade e a influência positiva que essas organizações exercem para o desenvolvimento do país.

Por que fazemos

Ao observarmos a realidade do país, não apenas notamos o crescimento populacional, mas também a negligência do poder público em lidar de maneira eficaz com as demandas sociais. O descaso institucional se une à irresponsabilidade de determinadas empresas, que continuam gerando impactos negativos para as pessoas e o meio ambiente. Embora o aumento da população esteja associado à ampliação das demandas sociais, esse não é o único fator determinante. A falta de atenção do governo e práticas irresponsáveis de certas corporações desempenham um papel considerável nos desafios enfrentados.

Nesse contexto, **as OSCs são uma expressão da capacidade de ação coletiva e de inovação da própria população, exprimem suas reivindicações, propostas e demandas.** Essas organizações atuam como uma força transformadora diante de deficiências estruturais e

práticas prejudiciais, **representando vozes legítimas para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.**

As OSCs cumprem um papel fundamental ao agir diante das restrições orçamentárias e burocráticas do Estado, tornando as políticas públicas acessíveis a uma parcela mais ampla da sociedade. Vale ponderar, no entanto, que apesar dessas limitações, o Estado poderia desempenhar um papel mais significativo.

Buscamos

- Fortalecer as instituições democráticas e o Estado de Direito.
- Contribuir para um país mais justo e igualitário.
- Promover a transparência e a participação cidadã nas decisões políticas.
- Buscar a igualdade de gênero em todos os setores da sociedade.
- Combater o racismo e promover a inclusão social.
- Buscar a redução das desigualdades sociais e econômicas.
- Contribuir para a economia e o desenvolvimento do país.
- Adotar práticas sustentáveis e promover políticas de preservação ambiental.
- Combater as mudanças climáticas por meio de iniciativas inovadoras.

- Promover a equidade no sistema educacional, reduzindo disparidades regionais.
- Criar oportunidades de participação ativa e engajamento cívico para os jovens.
- Trabalhar por quem necessita.

O que nos move

- O desejo de construir um país com mais justiça social e ambiental.
- A vontade de encontrar e criar soluções para os nossos desafios coletivos.

Como nos financiamos

As OSCs obtêm a maior parte de seu financiamento por meio de doações de pessoas físicas, organizações filantrópicas, comunidades e empresas, seja de forma regular ou eventual.

Colaboração

75% dos brasileiros acreditam que as ONGs dependem da colaboração de pessoas e empresas para obter recursos e funcionar (Pesquisa Doação Brasil - IDIS, 2022).

Os participantes da Pesquisa Doação Brasil do IDIS de 2022, diante de uma lista de motivações para doar, admitiram que doar lhes faz bem, que não se deve esperar nada em troca e **acreditam na responsabilidade coletiva para a solução de problemas.**

Ao contrário do que muitas pessoas acreditam, apenas uma pequena parcela das instituições recebe apoio governamental – isso contraria o mito de que grande parte das entidades vive de dinheiro público.

Filantropia internacional

Algumas entidades também buscam práticas de cooperação internacional – seja técnica, institucional ou financeira – e de captação de recursos para viabilizar suas iniciativas.

Investimento Social Privado e Investimento Social Corporativo

O **Investimento Social Privado (ISP)** compreende a prática de alocar recursos financeiros, humanos e materiais por organizações privadas, como fundações, institutos e indivíduos, com o intuito de contribuir para o bem-estar da sociedade ao apoiar diversas causas e projetos. Esses investimentos são conduzidos de forma planejada, monitorada e sistemática, e têm experimentado um notável crescimento no Brasil nos últimos anos.

Simultaneamente, o **Investimento Social Corporativo (ISC)** abrange práticas filantrópicas e de responsabilidade social conduzidas por empresas. Nesse contexto, as organizações não se restringem apenas a doações financeiras, mas também implementam iniciativas como programas de voluntariado corporativo, projetos de sustentabilidade ambiental e parcerias estratégicas com organizações sem fins lucrativos. Estas ações

refletem o compromisso em integrar a responsabilidade social em suas operações.

Tanto o ISP quanto o ISC têm como objetivo gerar impacto e promover transformações, destacando-se como abordagens mais estruturadas e eficazes em comparação com práticas exclusivamente assistencialistas, que eram predominantes até meados dos anos 1990.

Realizado desde 2001, o Censo GIFE é uma pesquisa bienal que fornece um panorama sobre recursos, estrutura, formas de atuação e estratégias das empresas, institutos e fundações empresariais, familiares e independentes, que destinam recursos privados para projetos de finalidade pública.

Filantropia familiar

É uma prática que envolve membros de uma mesma família comprometendo-se com atividades filantrópicas para promover impacto social, indo além de ações pontuais ou assistencialistas. Essa abordagem é caracterizada pelo envolvimento multigeracional, promovendo a colaboração entre membros mais jovens e mais velhos, o que resulta na transmissão de valores, responsabilidades e compromissos filantrópicos ao longo do tempo.

Um dos pilares fundamentais dessa prática é a definição de uma missão, que estabelece uma base para a tomada de decisões e a alocação estratégica de recursos. A transparência e a comunicação aberta são elementos essenciais, facilitando discussões sobre valores e promovendo uma avaliação constante do impacto das doações.

Filantropia independente

As Organizações Doadoras Independentes são entidades ou instituições que direcionam recursos financeiros, doações ou subsídios para outras organizações, com o objetivo de apoiar causas, projetos, programas ou iniciativas específicas, sem estarem vinculadas diretamente a uma única organização beneficiária. No Brasil, de acordo com um levantamento conduzido pela Rede Comuá (2023), identificou-se a presença de 31 organizações filantrópicas independentes distribuídas em 11 estados do país.

O Sudeste concentra 58% das Organizações Doadoras Independentes, seguido pela região Norte, com 23%; Nordeste, com 13%; e Centro-Oeste e Sul, com 3% cada. Vale ressaltar que a localização geográfica não limita sua atuação. De fato, algumas operam em âmbito regional, enquanto outras possuem uma abrangência nacional.

De onde vêm os recursos

→ **80%**

dos recursos para o financiamento das OSCs vêm de fontes privadas, pessoas, famílias, comunidades e empresas locais que apoiam as entidades por meio de contribuições e doações permanentes (Ipea, 2016).

→ **17%**

dos valores captados pelas OSCs têm origem em verba pública, somadas as contribuições de todos os níveis de governo para o setor, por financiamento ou parceria – nesse total já estão incluídos grandes volumes para entidades do Sistema S, para centenas de fundações de apoio de universidades públicas, previdência privada de servidores públicos, para as chamadas OS (Organizações Sociais), e outras denominações como a da Rede Sarah (saúde), Instituto Butantã, FIOCRUZ, FGV e entidades quase estatais (IBGE, 2016).

Desse total, apenas

2,7%

das OSCs recebem recursos na esfera federal (FIPE, 2019).

Pesquisa TIC Organizações sem fins lucrativos 2022, realizada pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil, revela:

→ **63%**

das OSCs entrevistadas recebem doações de pessoas físicas.

→ **47%**

também recebem mensalidades e anuidades de associados.

Os números

A estimativa é que o setor privado, incluindo doações de empresas, seus institutos e fundações, contribua anualmente com valores entre R\$ 10 a R\$ 20 bilhões. As doações provêm de empresas pequenas, médias ou grandes. Geralmente, grandes corporações contam com uma área dedicada ao investimento social.

Em recursos públicos, somente o Governo Federal repassa anualmente cerca de R\$ 12 a R\$ 18 bilhões para as instituições.

O valor doado por pessoas físicas é quase equivalente, ficando em torno de R\$ 14 bilhões em 2022.

84% doaram dinheiro, tempo ou bem para causas sociais em 2022, segundo pesquisa Doação Brasil, feita pelo IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social.

Regras e fiscalização

Independentemente da origem dos recursos, **todas as OSCs estão sujeitas à legislação brasileira e são acompanhadas pelos órgãos fiscalizadores.**

Precisam manter sua regularidade fiscal mesmo que não recebam recursos governamentais e, para isso, devem apresentar periodicamente ao poder público informações sobre receitas, despesas, previdência, tributação, entre outras.

As entidades que recebem recursos públicos são submetidas ao controle do órgão governamental que repassou os valores, da **Controladoria Geral (da União, dos estados e municípios) e dos Tribunais de Conta (da União, dos estados e municípios).**

Entidades internacionais só podem transferir verbas legalmente a uma entidade brasileira que esteja regularizada; atividades suspeitas são bloqueadas pelo Banco Central e pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), que fiscalizam essas doações. Além disso, geralmente, entidades internacionais que doam valores elevados realizam ou exigem auditorias externas independentes.

Realidade em números

→ **90%**

das OSC — sem empregados ou com até dois empregados — têm orçamentos anuais (médios) abaixo de R\$ 100.000,00, valor próximo do limite estabelecido como faturamento para uma MEI.

→ **27%**

foi a queda em termos reais de investimentos sociais corporativos em 2021, comparados com o ano de 2020, quando atingiram nível recorde devido aos recursos extraordinários aplicados no enfrentamento à Covid-19. (Destaques BISC 2021)

→ **64,5%**

das organizações não possuem nenhum empregado assalariado. (Fasfil 2016)

Motivações para doar

As doações individuais em dinheiro destinadas a ONGs e projetos socioambientais totalizaram **R\$ 12,8 bilhões**, o equivalente a 0,13% do PIB de 2022, segundo a pesquisa Doação Brasil, do IDIS.

→ **75%** dos associados GIFE consideraram, em 2022, confiabilidade e transparência da OSC ou de suas lideranças, como critérios mais relevantes para selecionar as instituições para serem apoiadas.

→ **65%** elencaram conhecimento e expertise nos temas e causas como fatores importantes.

→ **61%** citaram capacidade de articulação com redes e outros atores.

Segundo o censo GIFE 2020, as principais motivações dos investidores sociais de institutos, fundações ou empresas que investem em ações de interesse público para apoiar OSCs com recursos técnicos e/ou financeiros são:

- **59%** apoiam OSCs capazes de operacionalizar e executar as iniciativas desenvolvidas nos contextos, territórios, causas e públicos prioritários.
- **53%** têm OSCs parceiras com legitimidade para atuar nos temas ou junto a grupos sociais de seu interesse.
- **51%** têm a percepção de que a finalidade do investimento social privado inclui contribuir para o fortalecimento da sociedade civil no Brasil e para a sustentabilidade de OSCs.

Mitos e verdades

MITO: O terceiro setor é financiado pelo dinheiro público

Há uma ideia comum de que a maior parte das OSCs é financiada pelo poder público, principalmente pelo Governo Federal. **Em 2016, por exemplo, de 820 mil instituições com CNPJ válido, apenas 7 mil receberam recursos diretos do governo.**

MITO: Doações suficientes significam sustentabilidade total

Depender exclusivamente de doações não garante estabilidade financeira a longo prazo. **As OSCs precisam diversificar suas fontes de financiamento para garantir a sustentabilidade.**

MITO: Doações são sempre voluntárias e espontâneas

Além das doações voluntárias, **muitas OSCs também buscam financiamento por meio de projetos específicos, parcerias e convênios**, diversificando suas fontes de receita.

MITO: Financiamento público é sempre confiável

Embora parcerias com o governo sejam importantes, **contar exclusivamente com financiamento público pode tornar as OSCs vulneráveis a cortes orçamentários e mudanças políticas.**

MITO: As OSCs recebem dinheiro do governo e não há controle sobre esses recursos

A pequena parte de instituições que recebem recursos públicos passam por dois, três e, às vezes, até quatro instâncias de controle. **O primeiro filtro para esse controle são os editais públicos.** Há ainda as exigências, que consideram critérios como **pelo menos três anos de experiência e fiscalização permanente em diversas instâncias, sob atenção da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público.** Além da atenção a cada caso individual, as políticas públicas, de forma macro, podem ser objeto de **auditoria por comissões temáticas e parlamentares no Congresso Nacional.**

MITO: Ninguém sabe como as instituições usam os recursos

As OSCs prestam contas elaboradas de todo valor arrecadado, prática que se intensifica com movimento de financiadores privados que atuam com o objetivo de que as parcerias monitorem e validem resultados concretos e verificáveis.

Todo recurso, de doador privado ou público, já chega para as instituições com obrigações acessórias com controle de execução e resultados dos projetos.

MITO: Captação de recursos é desnecessária

Investir em captação de recursos é essencial. **Ignorar essa área pode limitar a capacidade da OSC de expandir seu impacto e garantir sua continuidade.**

MITO: As OSCs têm viés ideológico

A pluralidade brasileira se reflete nos perfis das OSCs. Por isso, **as mais de 800 mil instituições do país representam diversos espectros ideológicos e religiosos.** Essa diversidade contribui para um cenário rico de engajamento cívico e para a abordagem de uma ampla gama de desafios sociais no Brasil.

MITO: As instituições usam recursos em benefício próprio

Os recursos das OSCs são destinados para beneficiar pessoas que necessitam de ajuda, **são direcionados de acordo com o foco do trabalho de cada instituição,** em sua maior parte pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social.

MITO: As instituições não geram renda, trabalho e o terceiro setor não contribui para a economia

As OSCs têm importante papel no capital econômico brasileiro, criam trabalho e ajudam na geração de renda. **O terceiro setor contribui com o PIB mais do que a indústria automobilística (1,7%),** por exemplo, sendo responsável por 4,27%, índice próximo ao da agricultura, de 4,6%.

MITO: Recursos garantem impacto imediato

O impacto social muitas vezes demanda tempo e esforço contínuo. **O simples acesso a recursos financeiros não garante resultados imediatos e duradouros.**

MITO: Trabalho no terceiro setor é para quem não se saiu bem nos negócios, porque é mais fácil

Há empreendedores, executivos, profissionais altamente qualificados que atuam no terceiro setor, com uma carga horária e trabalho equivalente a uma atuação no setor privado. **Muitas organizações operam com estruturas enxutas e recursos limitados, o que exige eficiência e profissionalismo.**

Mapa das OSCs

O Decreto nº 8.726/2016, que regulamenta a Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), previu a criação de um mapa para servir como instrumento de transparência sobre a atuação das OSCs brasileiras.

O Mapa das OSCs foi lançado em 2016. É uma base de dados que consolida informações cadastrais sobre as organizações da sociedade civil no Brasil. Está **disponível no endereço: mapaosc.ipea.gov.br**.

A plataforma reúne dados de diversas outras bases públicas, como Receita Federal, Ministérios da Assistência Social e da Justiça. As próprias OSCs podem acessar e atualizar seus dados cadastrais.

O Mapa das OSCs é atualizado a cada dois anos. A previsão é que uma nova versão esteja disponível em 2024.

Referências bibliográficas

AVRITZER, 2007; 2012; DAGNINO, 2002; 2004; GOHN, 2013; LAVALLE e BARONE, 2015; REIS, 2013

BISC (<https://comunitas-1.rds.land/lp-bisc-2022>)

CALDAS, 2013; Dysman, 2013; Lima Neto, 2013

CASEY, 2016; SALAMON et al., 2017; CASEY, 2022

Dysman, 2013; Caldas, 2013; Lima Neto, 2013

GIFE (<https://mosaico.gife.org.br/censo-gife/2020>)

IDIS. Ranking de Doações Corporativas 2020. Disponível em: https://www.idis.org.br/publicacoes/idis/ranking-de-doacoes-corporativas-2020/#:~:text=O%20ano%20de%202020%2C%20ir-remediavelmente,segundo%20o%20Monitor%20das%20Do-a%C3%A7%C3%B5es*. Acesso em: 22/10/2023

IPEA. Estudo inédito traça o perfil das OSCs criadas em 120 anos no

Brasil. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13524-estudo-inedito-traca-o-perfil-das-oscs-criadas-em-120-anos-no-brasil>. Acesso em: 12/11/2023

NEXO JORNAL. Os mitos e mentiras sobre o trabalho essencial das ONGs. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/en-saio/2019/Os-mitos-e-mentiras-sobre-o-trabalho-essencial-das-ONGs>. Acesso em: 23/10/2023

REDE COMUA. Mapeamento de organizações doadoras independentes. Disponível em: <https://redecomua.org.br/comua-lanca-mapeamento-de-organizacoes-doadoras-independentes>. Acesso em: 01/11/2023